



a "POLÍTICA" ... e as

"LEGÍTIMAS REIVINDICAÇÕES DOS ESTUDANTES"

Desde que surgiram as AAEE como órgãos de defesa dos interesses colectivos dos estudantes, que as estruturas governantes e suas "delegações" estudantis, representando os interesses de classe dominante, têm tentado dividi-los para poder enfraquecer o seu potencial de luta colectivo; o método sempre preferido foi o de iludir os estudantes menos atentos ainda da necessidade de possuir com *inteira autonomia* um órgão sindical de luta, de tal forma que eles se afastem ou mesmo contestem no seu íntimo a A. E. respectiva.

→ E como o conseguem? Como conseguem fabricar essa contestação?

Armas não lhes faltam. Graças à pedagogia que impuseram a seu bel prazer desde a escola primária⁽¹⁾, conseguem obter uma mentalidade aberrante, perfeitamente despolitizada (e portanto presa fácil para a única política viável, boa ou má que seja...) ou de submissão servil subconsciente pela apatia que traduzem, que transformam os estudantes em carneiros assustadiços; que só graças ao enrodilhado de contradições evidentes em que estão metidas essas estruturas, estes conseguem dissipá-la pouco a pouco, que vão lutando e abrindo os olhos.

Depois é simples. É só largar um ratinho de pôr a menina em cima da cadeira... ex: "eles"(?!) são "subversivos", querem é aproveitar-se das "legítimas reivindicações dos estudantes" para "fazer política", dizem que são apolíticos mas isso é demagogia então não vêem que "eles" querem "meter a política" em tudo? etc., etc., etc..

NESTE NÚMERO:

1-A "Política"...e as "legítimas reivindicações dos estudantes"

2-Noticiário Interno: Acção Cultural, e Acção Pedagógica.

3-Noticiário Externo: Letras, Industrial, I. S. C. S. P. U.

² Passando por cima da já muito gasta e ridícula acusação de subversivos (veremos quem é o subversivo; se as AAEE, se o Governo que dá cobertura legal a assassinos, que coloca provocadores armados disfarçados de estudantes nas suas Assembleias e instalações, que ordena assaltos à mão armada pela calada da noite, às instalações estudantis, etc....), e de outras do género, tratemos de analisar a que nos importa ver agora; a pretensa oposição entre os "problemas dos estudantes" e o "meter política em tudo".

Que pretendem estes mui "apolíticos" indivíduos? Que os estudantes, perante um problema que se lhes depara na sua vida de estudante, formulem as suas "legítimas reivindicações", mas não façam análise políticas, nem dêem um cunho político às suas reivindicações. Mas do que se "esquecem" esses é que como a Universidade é condicionada pela sociedade a que pertence e esta é por sua vez governada dentro de um certo sistema social (político-económico), a origem dos problemas que se deparam aos estudantes está invariavelmente ou numa decisão governamental ou na consequência directa e imediata das características do sistema social. Ora até um macaquinho percebe e sabe que para formular a reivindicação de uma solução, é perfeitamente indispensável conhecer e compreender o problema em causa.

Pretender obrigar os estudantes a não fazerem análises políticas no decorrer da sua luta sindical, é muito objectivamente impedi-los de formular as suas "legítimas reivindicações" conscientemente e limitá-los a um mero apontar de problemas. E o que significa isto? Significa desarmar o estudante perante qualquer pseudo-solução fornecida pela política Governamental, dada a irresponsabilidade dos estudantes em serem incapazes de resolver os seus problemas e apresentar e executar uma solução sua.

Vemos agora claramente qual o verdadeiro papel dos "apolíticos"; é abrir campo livre para o monopólio de uma política, aquela que tem a hegemonia legal - a política Governamental.

mental.

E assim, as estruturas governantes desmascaram-se nas suas verdadeiras razões ao combater a incômoda existência de organismos apolíticos estudantis: é que na realidade a apoliticidade das AAEE, num país em que toda a política que não seja a Governamental (ou aquela que de vez em quando ele até tolera...) não pode existir - legalmente -, dá uma possibilidade de formação política livre dos estudantes, em vez de os submeter à política Governamental como esta desejou (M.P. Universitária), deseja (C.U.L., M.P. Liceal, S.S.) e desejaria, o que seria facilmente conseguido nessa concepção da "apoliticidade", que melhor seria chamá-la de "método de conservar-os-estudantes-irresponsáveis-e-ajuizadinhos-como-nós-tão-bem-os-temos-ensinado-a-ser".

1-TRATAR DE POLÍTICA NAS ASSOCIAÇÕES; QUE ESCÂNDALO SUBVERSIVO !

Pois assim é colegas. Nós estamos sujeitos a ir para a tropa se começamos a dizer e a fazer "coisas feias" (mas verdadeiras e correctas!) numa batuta diferente e da que o Governo depois escolhe; temos um orçamento para a educação ultra-deficiente, que faz entre outras coisas que nós não tenhamos nem instalações nem professores suficientes (e decentes), devido aos gastos astronómicos na guerra (praticamente metade do orçamento de estado!); temos 4 anos da nossa vida amarrados que nem servos da Idade Média à disciplina cega, curiosamente semelhante à nazi, do Serviço Militar - o que com muita frequência nos prejudica fortemente a vida profissional e pessoal; temos que nos arriscar a ter um "acidente de viação" e ir desta para melhor em Angola, Guiné ou Moçambique; temos que ir lá matar uns tipos pretos conhecidos por "turras", que são uns "traidores à Pátria" e à Civilização (portuguesa, claro); mas vão lá tratar de pensar e saber PORQUÊ - isso é um escândalo! isso "não é" um problema dos estudantes!

E de facto, não é um problema dos estudantes; é um problema de todo o

ser humano responsável, ou seja, que pensa e sabe o porquê dos seus actos. — E será que os estudantes enquanto estudantes, só têm problemas pedagógicos? Então quer dizer que esses senhores acham que os estudantes são máquinas que andam na Universidade (ao serviço de quem, é proibido discutir) e não seres humanos responsáveis pelos seus actos. E nós concordamos; deve ser essa a opinião deles, deve.

Que infantilidade, sr.s energúmenos que se esganam de furor ao ver afixados no Jornal Mural Livre da Associação coisas sobre a Guerra — "Isso é política!" "Quando é que se trata dos problemas dos estudantes?" "Pensam por acaso convencer alguém que a vossa indignação está em "não" se tratar dos "problemas dos estudantes"? NÃO! A fúria está em que nós somos APOLÍTICOS, e por isso permitimos, como é o nosso papel como colaboradores duma Associação que todo e qualquer estudante afixe o que muito bem entender sobre o assunto que quizer, em vez de seguirmos a POLÍTICA das estruturas governantes, que dizem: "a guerra é para defender o Ultramar, que faz parte integrante da Pátria; ora a Pátria não se discute... logo, a guerra também não." (2)

E quanto mais não seja, esses energúmenos deixam o rabo de fora. "Quando é que se tratam dos problemas dos estudantes?" Tão inquietos que eles estão! Mas já tiveram ocasião para satisfazer a sua ânsia... por exemplo, no problema da falta de salas, onde bem falta fizeram estudantes em maior número dispostos a dar o corpo ao manifesto, mas onde nem lhes vimos o cheiro...

Mas os energúmenos vão mais longe, e atingem (aliás não nos espanta nada) o grau de provocação premeditada. Assim, lemos num jornal conceituado de belas tradições fascistas, após uma frenética identificação com a posição política governamental, umas linhas muito pormenorizadas sobre a diversa propaganda política, durante o período eleitoral, que surgiu na nossa Associação (muito nos espanta e honra a distinção de sermos referidos em especial, pois toda a gente com olhos

na cara e que não tenha intenções provocatórias sabe que essa "abundância" de propaganda política foi geral nesse período em toda a cidade, incluindo, como é natural toda a Universidade...), que aliás reconhecem ser de várias tendências, onde se atribui como origem responsável o "comportamento da Associação"...

Muito agradecemos a essas obras, que ilustram mais descaradamente o verdadeiro sentido político do combate às AAEE e sua Apoliticidade efectiva, ao tomar o tom de provocações pidescas.

2-PARTICIPAÇÃO-Problema "APOLÍTICO"?

É muito possível que estes carneiros, a quem o pastor convence que são leões, façam esgares, roam as unhas e soltem rugidos por nós também praticarmos a heresia de uma oferta tão gentil como a da participação da Universidade Técnica no Conselho Universitário, e para tal discutirmos amplamente a análise do papel que cabe aos estudantes nos novos planos governamentais, do seu conteúdo económico e político (e portanto análise da evolução socio-político-económica portuguesa, inclusive do facto das super-despesas na Guerra Colonial dificultarem o ritmo requerido para a tecnocratização do Ensino indispensável à nova economia industrial, e dos estudantes serem duplamente indispensáveis como elementos participantes e dinamizadores activos nesta tecnocratização) antes de de terminar qual deve ser a nossa posição sobre o problema, porque nós não acertamos apriori a mui estranha divisão entre o estudante da Universidade Técnica e o da Clássica.

É natural. Segundo as normas de "apoliticidade" descritas o correcto era "não meter política" no assunto, ou seja, como é claro que o governo propagandearia (e ele fá-lo) largamente a política que executa, o correcto era que os estudantes se colocassem sob a tutela da política governamental que se

fosse bem pintada (e o é muitas vezes) e não sofresse crivo crítico político, teria garantida de antemão a venda do seu produto, bom ou mau que fosse.

Mas, azar dos azares, os estudantes sabem que são os directamente interessados e começam a chatear-se de tanto os impedirem de decidir por si os seus próprios assuntos, aqueles que os visam, no fim de contas, directamente; e vai daí que até querem perceber porque é que lhes oferecem coisas que sempre foram obstinada e violentamente recusadas; até querem perceber do porquê de reformas que eram negadas antes; do porquê de apenas certas reformas e não outras que também eram e são exigidas. E para perceber tudo isso e ficar a saber com que agulhas o estão a cozer, o estudante vai discutir a economia e a política que entender necessária!

E nesta coisade se exigir um estatuto real de responsabilidade e autonomia, de o pôr em prática e executá-la, há sempre que contar com os que soltam rugidos de impotência e de furor; são o inevitável complemento daqueles a quem essa autonomia e estatuto de auto-responsabilização fere e atinge — aqueles cujos interesses de classe dominante não coincidem com os nossos, e por isso nos tentam impô-los e nos combatem.

Cabe-nos a nós, estudantes, reduzi-los ao silêncio.

IMPROP

(1)—Veja-se por exemplo os textos impingidos às crianças glorificando a M.P., organismo político governamental que a U.N. afirmava descaradamente constituir a sua ala juvenil (houve mesmo uma época — em que as "democracias" ocidentais não tinham ainda ganho a guerra ... — em que se comparava abertamente a Juv. Hitleriana e a M.P., num compêndio: obrigatório destinado aos I e II anos do liceu inteiramente consagrado às virtudes nazis)

(2)—Outra justificação para não se pôr em causa a guerra colonial, discutindo-a, consiste, para uns

muito machos e valentemente guerreiros Lusitanos, que tal facto diminuiu o poder combativo das "nossas" forças armadas... ao espalhar a dúvida!

Que confiança mostram na crença da "justiça" de tal "causa"!

Foi para lá

Com medo

De sentir medo.

(Nossa Senhora qualquer na minha terra

Ficou minha mulher)

Foi para lá

Com a vergonha

De sentir vergonha

(Talvez até mate crianças;

Tenho dois filhos Senhor...)

Foi para lá

Com vontade

Que os outros lhe impuseram

Foi para lá

E a coragem não era dele

E o ódio não era dele

Não era dele

Não era

Mas foi

E com a raiva dos outros

Matou matou matou

Até que um dia

Oh! ironia

Nesse dia

Havia sol

Havia esperança

Havia a mulher

Havia os filhos a mãe uma carta

Havia havia havia

Mas esfarelou-se todo

Todo

No gargalhar traiçoeiro

Das granadas

De bico amarelo

E rabo encarnado...

RUI NOGAR

CULTURAL

A Política Universitária! Muitas vezes se esquece(ou se faz por esquecer)que ela é uma parte de um todo indecomponível em compartimentos estanques ; que ela é um aspecto particular de uma política geral, dirigida a um campo particular(neste caso a Universidade).É impossível compreender ou analisar correctamente a política para a Universidade sem irmos mais longe,sem atingirmos a política global do governo pois é deste que sai a política para a Universidade.É igualmente impossível prespectivar os problemas ou conduzir correctamente a luta estudantil se nos "barricarmos" na Universidade ou mesmo no Ensino;é indispensável conhecer"todo o jogo"do adversário para não sermos ludibriados. Senão vejamos só estes problemas estudantis:

- obrigatoriedade da prestação de serviço militar (interrupção durante 4(?)anos dos estudos ou início de carreira profissional.)
- legislação anti-associativa (ressaltando especialmente a recente variante militar: são imediatamente enviados para a tropa os estudantes que sobre ssaiam na defesa dos seus interesses colectivos.)
- ensino grandemente deficiente e ultrapassado(estrutura universitária arcaica, instalações insuficientes, corpo docente exíguo, mal preparado e inviabilidade de qualquer verdadeira reforma pois 45% do orçamento do Estado se destina a despesas militares cabendo 9% à Educação).

Este enunciado enquadra a quase totalidade dos sectores onde os nossos interesses são mais es tropiados.E podemos nós analisá-los,discuti-los se ficarmos dentro da Universidade ou da da Política Universitária?Claro que

não!Só o conseguiremos indo mais ao fundo,às suas origens—a política governamental,pois os 4 anos de tropa,a legislação militar anti-associativa e a falta de verbas para o ensino são o reflexo, as consequências sentidas na Universidade dessa política.

E não precisaremos sequer de nos debruçar sobre a política geral do governo,nem de a analisar ou criticar para podermos desde já afirmar que essa política é estritamente delimitada e condicionada pela Guerra Colonial, sendo esta um dado indispensável para a compreensão daquela.

Ora sucede que o sistema tem utilizado a Guerra como justificação para actuação em múltiplos sectores (inclusivê a Educação). A Guerra tem justificado tudo ou quase tudo,mas nunca foi justificada (não vamos chamar justificação a argumentação abstracta,aos discursos balofos);ela é apresentada como algo inevitável , indiscutível.

Como secção dum órgão de defesa sindical dos estudantes,a Cultural vai lutar por esses interesses e para isso vai lançar-se ao "tabu",começando por discutir,pôr em causa a argumentação,os valores absolutos da governação.Assim vão sair vários textos formulando dúvidas e procurando iniciar uma discussão que permita uma análise crítica dos dogmas e "chavões"utilizados para justificação.

Paralelamente começou também a funcionar um grupo de teatro e poesia visando igualmente(embora de modo diferente)levantar questões que provoquem o debate destes problemas;este teatro assume características diversas das tradicionais(procura-se representações rápidas,exigindo pouco tempo preparatório e evitando o"espectáculo") e pensamos dentro em breve apresentar uma realização.

A luta pelos nossos interesses é inseparável do tratamento des-

tas questões.

O estudante é um Homem; mas que seja um Homem consciente dos problemas do seu tempo e do seu país e não um alienado.

Critica os textos, discute-os!

Aparece nas reuniões!

Colabora, dá sugestões!

PEDAGÓGICAS

O ignorar sistemático de que são os estudantes e são eles que dentro da Universidade constituem a verdadeira força inovadora, uma estrutura caduca, os únicos capazes de vencerem a inércia que a arrasta, faz-se notar através do poder de decisão que sempre lhe é recusado.

É na conquista dessa mesma decisão de que o movimento estudantil orienta toda a sua acção.

O exame e seu "indeterminismo" (cara ou coroa) é um dos pontos gangrena de toda a estrutura do ensino no nosso País. O ente para evitar que essa mesma gangrena alastre não é um problema que diga exclusivamente respeito à "avaliação dos conhecimentos", mas antes é uma resultante da estrutura e finalidade dum ensino de classe (selectivo em normas concorrenciais e "elitísticas"), o que implica que é sobre esses objectivos globais que deve incidir a acção estudantil. Assim para que se efectuassem os exames das cadeiras do 1º trimestre após a frequência dos mesmos o MEN deu ao Conselho Escolar "plenos poderes" nessa decisão. Foi então enviado a C.E. a seguinte moção:

"Os estudantes reunidos em 24/2 de 70 entendem que devem participar ao C.E. que:

1—Os exames das cadeiras do 1º semestre devem ser realizados na época de Março.

2—As datas dos exames devem ser definidas pelos estudantes de cada cadeira, sendo depois apresentadas ao professor.

Assim, se o C.E. se debruçar sobre este ponto deve ter em conta esta posição."

Nas aulas teóricas foram levantados debates e desses as conclusões foram colocadas face ao aleatório e riximes.

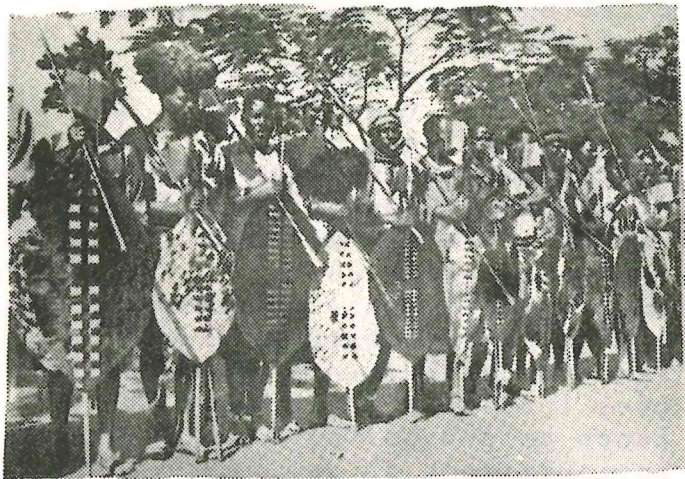
Em Elementos de Química-Física mediante uma análise do seu conteúdo e da forma como são ministrados os seus conhecimentos foram extraídas as conclusões fundamentais:

1—Todos os alunos sejam admitidos a exame qualquer que seja a informação das práticas.

2—Que a admissão e dispensa da oral se faça de acordo com a curva de Gauss das classificações da prova escrita. Para dispensar são necessários mais 2 valores que o pico da curva ou seja a nota atribuída a maior número de alunos; para a admissão sejam necessários (-3,5 valores que o pico da curva

Em seguida fixou-se o conteúdo do próprio exame e o nº de perguntas a aparecerem na prova definindo-se o seu critério de avaliação.

Os debates continuam!



INDUSTRIAL

Depois da proibição pelo director do Industrial de um ciclo de palestras ("Nós e o ensino") e da intervenção da polícia nos 2 primeiros debates, que tiveram de se realizar em Económicas, o director levantou a proibição e as restantes palestras realizaram-se já nas instalações da Associação.

Entretanto tinham-se realizado R.G.As. e este caso pusera a nu todo o anacronismo da situação dos alunos do Industrial como por exemplo haver faltas em todas as aulas teóricas ou "práticas". Isto quando grande parte dos professores do Instituto se limita a ir para as aulas ler as "folhas" e só das oito às dez e das 18 às 20 de vido aos "tachos" que têm. Quanto às aulas práticas mais não são do que péssimas aulas onde se resolvem problemas. Além destes, outros pontos foram apresentados pelos alunos a que as autoridades escolares devem dar solução, tais como:

- Reconhecimento da autonomia da ADAIIL
- Instalações no edifício novo para a Associação
- Não obrigatoriedade no pagamento dos 65\$00 para a MP
- Não pagamento do seguro escolar. Assistência médica e social
- Representantes dos alunos em paridade no Conselho Escolar

Em nenhum destes pontos foi dada uma resposta satisfatória.

Em R.G.A. foi resolvido a ida às aulas com abstenção às chamadas. Salvo raras excepções desde 27 de Janeiro que os alunos têm aderido.

Foram depois criadas comissões de turma que se reúnem periodicamente a fim de que os alunos estejam todos informados do que se passa em cada turma. Quase diariamente têm saído comunicados a informar os estudantes o que se passa sobre o andamento do processo.

Há poucos dias um professor do Conselho Escolar apresentou aos

estudantes um projecto de tréguas para negociações entre os representantes dos estudantes e os representantes do corpo docente.

Os estudantes responderam que não poderiam tomar qualquer compromisso sem que fossem ouvidos todos os estudantes. No entanto exigiam as seguintes condições iniciais:

- 1-Igualdade de representatividade de
- 2-Garantia de que nenhum dos colegas que já tivessem ultrapassado o limite de faltas reprovava
- 3-Que durante o "período de tréguas" nenhum professor faria chamadas nas aulas
- 4-Que se elaboraria um documento único a enviar ao MEN, que definisse pontos de vista dos estudantes e do corpo docente
- 5-Que se desse ao MEN um prazo para responder de forma inequívoca às reivindicações estudantis
- 6-Que esse prazo fosse estabelecido de comum acordo entre ambas as partes
- 7-Que terminado o prazo se nenhuma resposta fosse dada, os estudantes definiriam as formas de luta que entendessem

Numa reunião de comissões de turma foram eleitos 5 alunos que vão entrar em conversações com o Conselho Escolar.

Entretanto a abstenção às chamadas continua em quase todas as turmas a ser da ordem dos 100%.

LETRAS

Após o fecho da Faculdade pelo Conselho Escolar, este convidou os delegados de curso para uma reunião, com o fim de negociarem a reabertura da mesma. Os delegados não compareceram na referida reunião, pelas seguintes razões:

- A reabertura da Faculdade não ser negociável
- Os delegados de curso não serem considerados os legítimos representantes dos estudantes

A Faculdade reabriu na 2ª feira 16, apenas para a realização de frequências. Nesse dia às 9h 30m houve uma R.G.A. na qual se deliberou:

-Boicote às frequências para voluntários e não realização de próximos sem a garantia de estes não serem eliminatórios.

-Não realização de pontos para alunos ordinários sem garantia de estes não serem eliminatórios

-Suspensão da greve interrompi da pelo fecho da faculdade, regressando assim às aulas.

I.S.C.S.P.U.

Os estudantes desta escola reunidos em R.G.A. reafirmaram o desejo de ver aberta a sua Associação e elegeram uma Comissão Pró-Eleitoral a quem foi atribuída a missão de tratar junto das Autoridades Acadêmicas da efectivação de eleições.

Surgiu entretanto a proposta de participação aos alunos da Universidade Técnica no Senado Universitário e como os estudantes do I.S.C.S.P.U. não tinham Sindicato que os representasse e defendesse os seus interesses foi decidido por todas as Associações da Universidade Técnica apenas participarem no mesmo Senado com o estatuto de observadores. Ficou também decidido que a C.P.E. do I.S.C.S.P.U. teria conjuntamente com as direcções das mesmas Associações, uma entrevista com o Reitor onde exigiriam a abertura da Associação e o reconhecimento da C.P.E. como representativa dos estudantes até a realização de eleições. Dentro desta óptica, a C.P.E. representaria os estudantes do I.S.C.S.P.U. no Senado Universitário nas mesmas condições das outras Associações-com o estatuto de observador.

